ACO-UTR-400/2026

Processo - TC/005956/2000
Objeto - Recursos *ex officio*, da Procuradoria da Fazenda Municipal e de Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda. (e sucessores de Ernesto Zarzur) interpostos em face da Decisão de Juízo Singular de 29/03/2023 – Termo de Compromisso 07/2000/Sempla – Proposta de Operação Urbana Faria Lima 118-FL, pleiteando a alteração dos índices e características de uso e ocupação do solo do imóvel localizado na Avenida Juriti, 50, 62 e 78 (Contribuintes 041.062.0022-8, 041.062.0028-7, 041.062.0040-6 e 041.062.0041-4)

80ª Sessão Ordinária Não Presencial em Ambiente Virtual

RECURSOS. SEPLAN. OPERAÇÃO URBANA FARIA LIMA. ALTERAÇÃO DOS ÍNDICES E CARACTERÍSTICAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO. 1. A prescrição das pretensões sancionatórias e ressarcitórias no âmbito do TCMSP impõe a extinção das sanções e eventuais determinações de ressarcimento, quando ultrapassado o prazo legal. Res. TCMSP 10/2023. 2. Preservado o conteúdo declaratório com o fim de reorientar a Administração Pública, sob o viés pedagógico, para implantação de procedimentos que promovam o aperfeiçoamento da gestão. Art. 13, Res. TCMSP 10/2023. CONHECIDOS. PRESCRIÇÃO. Votação unânime. EXTINTO. Votação por maioria.

A C Ó R D Ã O

Vistos e relatados estes autos, ora em grau de recurso, dos quais é Relator o Conselheiro ROBERTO BRAGUIM.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, em conhecer dos recursos *ex officio*, com fulcro nos arts. 136, inciso V e 137, parágrafo único do RITCMSP e ordinários interpostos pela Procuradoria da Fazenda Municipal e pela empresa Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda. conjuntamente com os sucessores de Ernesto Zarzur, porque preenchem os requisitos de admissibilidade constantes dos arts. 139 e 140, do mesmo Diploma.

ACORDAM, à unanimidade, em reconhecer a ocorrência da prescrição referente ao processo que analisa o Termo de Compromisso 07/2000/Sempla – Proposta de Operação Urbana Faria Lima 118-FL.

ACORDAM, por maioria, pelos votos dos Conselheiros RICARDO TORRES – Revisor, consoante declaração de voto apresentada, JOÃO ANTONIO, com voto em separado, e EDUARDO TUMA, também com declaração de voto apresentada, em julgar extinto o presente feito, conforme art. 12 da Resolução TCMSP 10/2023, mantendo, contudo, as manifestações de caráter pedagógico, nos termos do art. 13 da referida Resolução.

ACORDAM, por maioria, pelos mesmos votos, em determinar o encaminhamento do relatório, voto, voto em separado, declarações de voto e deste Acórdão à Origem para fins pedagógicos, conforme art. 13 da Resolução 10/2023, no intuito de aperfeiçoamento dos atos de sua competência.

Vencido o Conselheiro ROBERTOB RAGUIM – Relator, que, em preliminar, rejeitou a alegação de ilegitimidade *ad causam* arguida pelos sucessores de Ernesto Zarzur e deu provimento parcial aos apelos, mantendo-se, no mais, a Decisão por seus próprios e jurídicos fundamentos.

ACORDAM, à unanimidade, em determinar o encaminhamento de cópias do relatório, voto, voto em separado, declarações de voto e deste Acórdão à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, antiga Secretaria Municipal de Planejamento e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Participaram do julgamento os Conselheiros ROBERTOB RAGUIM – Relator, JOÃO ANTONIO e EDUARDO TUMA.

São Paulo, 17 de junho de 2026.

DOMINGOS DISSEI – Presidente
RICARDO TORRES – Conselheiro Revisor, prolator do voto da corrente vencedora, designado para redigir o Acórdão, nos termos do § 7º do art. 136 do RITCMSP

/smv

Assinado digitalmente por RICARDO EZEQUIEL TORRES Data: 21/07/2026 16:33:35 -03:00
Signature powered by e-TCM Tribunal de Contas do Município de São Paulo
Assinado digitalmente por DOMINGOS ODONE DISSEI Data: 03/08/2026 13:44:13 -03:00
Signature powered by e-TCM Tribunal de Contas do Município de São Paulo

Item 2) e-TCM nº 5.956/2000

Interessados: Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA (atual Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMLU) e Ernesto Zarzur e sucessores.

Objeto: **Recursos E*x Officio* e Ordinários,** interpostos estes pela Procuradoria da Fazenda Municipal, por Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda. (atual denominação de EZ Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda.) e pelos sucessores de Ernesto Zarzur: Esther Heloísa Zarzur, Flávio Ernesto Zarzur, Silvio Ernesto Zarzur, Silvana Zarzur Alberto, Marcelo Ernesto Zarzur, Marcos Ernesto Zarzur e Anna Lúcia Zarzur Maalouli. **Termo de Compromisso nº 07/00/SEMPLA** Alteração dos índices e características de uso e ocupação do solo de imóvel localizado na Av. Juriti ns. 50, 62 e 78.

Valor: 479.278,00 UFIRs – fl. 94 de peça 9.

Responsável: Heloisa Maria de Salles Penteado Proença (Secretária Municipal do Planejamento, à época, e Presidente da Comissão Normativa de Legislação Urbanística – CNLU)

Relator: **Conselheiro ROBERTO BRAGUIM**

RELATÓRIO

Trata-se, nesta fase processual, de Recursos *Ex Officio* e Ordinários, estes interpostos pela Procuradoria da Fazenda Municipal – PFM, por Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda., atual denominação de EZ Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda., conjuntamente com os sucessores de Ernesto Zarzur, a saber: Esther Heloísa Zarzur, Flávio Ernesto Zarzur, Silvio Ernesto Zarzur, Silvana Zarzur Alberto, Marcelo Ernesto Zarzur, Marcos Ernesto Zarzur e Anna Lúcia Zarzur Maalouli, em face da r. Decisão prolatada em Juízo Singular, publicada em 06/04/2023. Referida Decisão acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva dos integrantes do Grupo de Trabalho da Operação Urbana Faria Lima, excluindo-lhes a responsabilidade, mantendo, porém, a de Heloísa Maria de Salles Penteado Proença, na época, Secretária Municipal do Planejamento e Presidente da Comissão Normativa de Legislação Urbanística – CNLU e afastou a preliminar de incompetência deste Tribunal para exame da legalidade dos atos administrativos submetidos ao controle externo. No mérito, acolheu parcialmente[1] o Termo de Compromisso nº 07/00/SEMPLA – Operação Urbana Faria Lima, com determinação à Municipalidade para a adoção das medidas necessárias, amigáveis ou judiciais, junto ao Compromissário, visando

[1] As irregularidades detectadas foram: (a) concessão do benefício referente à permissão para ocupação do recuo de frente obrigatório, nos subsolos destinados ao estacionamento, ocupando faixa de 20,00m da extensão da testada do imóvel, extrapolou a Lei nº 11.732/95 (Lei da Operação Urbana Faria Lima à época); (b) benefício econômico adotado na negociação da contrapartida, calculado por SEMPLA pelo Método do Terreno Virtual, utilizou parâmetros incompatíveis com a legislação da Operação Urbana; (c) contrapartida subestimada, representando 34,62% do valor do benefício econômico calculado pela Auditoria. (fls. 86/96 de peça 9)

ao ressarcimento ao erário da diferença apontada em relação ao subdimensionamento da contrapartida, devidamente atualizada. E, em razão do tempo transcorrido, deixou de apenar os agentes públicos envolvidos. (peça 15)

Inconformada, a PFM interpôs Recurso Ordinário pleiteando a reforma parcial da Decisão para que fosse declarada integralmente regular a Operação Urbana, ou, subsidiariamente, que fossem reconhecidos os seus efeitos financeiros e patrimoniais, inclusive em relação ao valor da contrapartida fixada e paga, por ausência de indício de dolo, culpa ou má fé dos agentes responsáveis ou prejuízo efetivo ao Erário. (peça 24)

A Pasta, Heloísa Maria de Salles Penteado Proença e Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda., regularmente intimados, deixaram transcorrerem *in albis* o prazo recursal (peças 23 e 28)

Na devida instrução, a Assessoria Jurídica opinou pelo conhecimento dos Recursos sob análise. Reconheceu a prescrição intercorrente, pois o processo ficou pendente de decisão ou despacho entre 10/09/15 e 17/02/23. No mérito, preservada a função declaratória, concluiu pelo improvimento dos Apelos (peças 30/31), posicionamento com o qual a PFM aquiesceu. (peça 33).

A Secretaria Geral orientou-se pelo conhecimento dos Recursos. Observou a incidência da prescrição na sua forma quinquenal porque entre o penúltimo marco interruptivo (Relatório da

Auditoria pós defesa, de 21/09/01) e a r. Decisão condenatória recorrível (29/03/23) passaram mais de 05 (cinco) anos, pelo que as pretensões punitiva e ressarcitória foram afetadas. No mérito, opinou pelo seu improvimento. (peça 34)

Na sequência, diante do falecimento do Compromissário, Ernesto Zarzur, o Relator Original entendeu necessária a intimação do Espólio, vez que a Decisão poderia afetar o patrimônio de terceiros. (peças 38, 44).

Sendo assim, recorreram em Apelo único, Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda., atual denominação de EZ Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda., e os herdeiros do *de cujus* suscitando: (i) ilegitimidade passiva dos sucessores; (ii) prescrição intercorrente e decadência; (iii) impossibilidade de revisão das decisões administrativas da Operação Urbana pois ultrapassado o prazo de dez anos de sua produção; (iv) contrapartida integralmente quitada; (v) análise equivocada para a suposta subavaliação da contrapartida calculada pela Auditoria, prevalecendo a interpretação da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, que aprovou a concessão. Pugnaram pelo provimento do Recurso com a reforma da r. Decisão. (peça 70)

A SCE opinou pelo reconhecimento da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, acompanhando a Secretaria Geral. No mérito, manteve seus pronunciamentos anteriores, pela ausência de novos elementos. (peça 93)

A Assessoria Jurídica conheceu do Recurso de Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda e sucessores de Ernesto Zarzur. Reconheceu a prescrição intercorrente, orientando-se pela improcedência da ilegitimidade passiva dos herdeiros, porque a responsabilidade do Compromissário/proprietário e/ou da empresa não foi analisada pela r. Decisão recorrida, sendo, contudo, possível, aplicar-se a tese da desconsideração da personalidade jurídica prevista no art. 50[2] do Código Civil, podendo atingir a esfera jurídica dos sucessores até o limite da herança (ar. 1.792[3] do CC). Orientou-se pela falta de interesse dos Recorrentes quanto à revisão de decisões administrativas, porque a r. Decisão recorrida manteve os efeitos dos atos administrativos. No mérito, acompanhou a SCE, opinando pelo provimento parcial do Recurso, para reconhecer a prescrição intercorrente. (peças 95/96)

A PFM reiterou seu Apelo e, fulcrada na última manifestação da AJ, requereu a extinção do processo em razão da prescrição intercorrente. (peça 99)

---

[2] **Art. 50 do CC:** "Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso". (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)

[3] **Art. 1.792 do CC**. "O herdeiro não responde por encargos superiores às forças da herança; incumbe-lhe, porém, a prova do excesso, salvo se houver inventário que a escuse, demostrando o valor dos bens herdados".

Por fim, a Secretaria Geral opinou pelo conhecimento dos Recursos *ex officio* e dos Voluntários. Reiterou a incidência da prescrição quinquenal. Opinou pela improcedência da alegação de ilegitimidade passiva dos sucessores de Ernesto Zarzur, seguiu a AJ quanto à falta de interesse recursal no tópico relativo à revisão das decisões administrativas, concluindo que a contrapartida foi subavaliada. No mérito, concluiu pelo parcial provimento dos Recursos para afastar a determinação de ressarcimento ao erário em razão da prescrição da pretensão ressarcitória prevista na Resolução nº 10/23. (peças 101/102)

É o relatório.

VOTO

Trata-se, nesta fase processual, de Recursos *Ex Officio* e Ordinários, estes interpostos pela Procuradoria da Fazenda Municipal – PFM, por Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda., atual denominação de EZ Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda., conjuntamente com os sucessores de Ernesto Zarzur, em face da r. Decisão prolatada em Juízo Singular, publicada em 06/04/2023. Referida Decisão acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva dos integrantes do Grupo de Trabalho da Operação Urbana Faria Lima, excluindo-lhes a responsabilidade, mantendo, porém, a de Heloísa Maria de Salles Penteado Proença, na época, Secretária Municipal do Planejamento e Presidente da Comissão Normativa de Legislação Urbanística – CNLU e afastou a preliminar de incompetência deste Tribunal. No mérito, acolheu

parcialmente o Termo de Compromisso nº 07/00/SEMPLA – Operação Urbana Faria Lima, com determinação à Municipalidade para a adoção das medidas necessárias, amigáveis ou judiciais, junto ao Compromissário, visando ao ressarcimento ao erário da diferença apontada em relação ao subdimensionamento da contrapartida, devidamente atualizada. E, em razão do tempo transcorrido, deixou de apenar os agentes públicos envolvidos.

Conheço dos Recursos *Ex Officio,* com fulcro nos artigos 136, V[4] e 137, parágrafo único[5] do Regimento Interno e Ordinários interpostos pela Procuradoria da Fazenda Municipal – PFM e por Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda. conjuntamente com os sucessores de Ernesto Zarzur, porque preenchem os requisitos de admissibilidade constantes dos artigos 139[6] e 140[7], do mesmo Diploma.

Em relação às preliminares:

---

[4] **Art. 136**. "A decisão terminativa e o acórdão, que deverão ser precedidos de ementa, compreenderão: **V -** a menção a recurso "ex officio", quando se tratar de decisão de Juiz Singular ou de Câmara que julgar irregular ou ilegal ato ou despesa executada, sem prejuízo do disposto no artigo 137, parágrafo único, deste Regimento".

[5] **Art. 137.** (...) **Parágrafo único.** "Das decisões terminativas proferidas por Câmara ou Juiz Singular, pela irregularidade ou ilegalidade de ato ou despesa executada, independentemente de menção expressa a recurso "ex officio", haverá reexame necessário pelo Tribunal Pleno, a ser processado segundo o rito estabelecido para o recurso ordinário".

[6] **Art. 139.** "Os recursos serão interpostos por meio de petição escrita, contendo a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que os embasam e o pedido de nova decisão".

[7] **Art. 140.** "O Relator poderá indeferir, liminarmente, o seguimento do recurso, quando não atendido qualquer dos pressupostos de admissibilidade a seguir previstos: a) cabimento do recurso, com indicação expressa do seu fundamento legal ou regimental; b) legitimidade para recorrer; c) interesse de recorrer; d) tempestividade; e) inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer; f) observância de formalidade considerada essencial por este Regimento".

(1) Afasto a alegação de ilegitimidade de parte manifestada pelos sucessores de Ernesto Zarzur porque o *de cujus* figurava como Compromissário do Termo de Compromisso nº 07/00/SEMPLA e Interessado da Certidão 10/00/SEMPLA – Operação Urbana Faria Lima, consoante fls. 72/75 e fl. 76 do processo físico de peça 9, apresentando-se, pois, como responsável, cabendo aos sucessores integrar o pólo passivo da demanda. Além disso, como asseverou a Secretaria Geral, os sucessores foram chamados a fim de ser-lhes facultado o contraditório e a ampla defesa, já que a r. Decisão recorrida poderia afetar os respectivos patrimônios.

(2) Reporto-me aos fundamentos do Voto Condutor por mim proferido no e-TCM nº 2.759/2006 e reconheço a incidência da prescrição quinquenal de que trata a Resolução nº 10/23, acompanhando, então, a Secretaria Geral e, com fulcro no art. 8º, 1ª parte[8] da Ordem Interna SG/GAB nº 07/23, a prescrição atinge a determinação de ressarcimento ao erário em razão do subdimensionamento da contrapartida;

(3) Dou por prejudicada a análise da decadência em razão do reconhecimento da prescrição quinquenal.

No mérito, preservada a função declaratória, acompanho os Órgãos Técnicos e a Secretaria Geral, para concluir que não há novos elementos possíveis de modificar a r. Decisão recorrida.

---

[8] **Art. 8º.** "A prescrição se aplica às determinações de natureza condenatória (apuração de dano, responsabilidade funcional, entre outras análogas), não incidindo sobre as determinações de natureza não condenatória e de aprimoramento da gestão".

Diante do exposto, conhecendo dos Recursos, em sede de preliminar, rejeito a alegação de ilegitimidade *ad causam* arguida pelos sucessores de Ernesto Zarzur; reconheço a ocorrência da prescrição ressarcitória a alcançar a determinação de devolução aos cofres públicos da diferença apurada no subdimensionamento da contrapartida, nos termos da Resolução nº 10/2023 e da Ordem Interna SG/GAB nº 07/2023, dando assim provimento parcial aos Apelos apenas para essa finalidade, mantendo-se, no mais, a r. Decisão por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Encaminhem-se cópias do Relatório, Voto e Acórdão à Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, antiga Secretaria Municipal de Planejamento e à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

TCM, 1º de junho de 2026.

ROBERTO TANZI BRAGUIM:03999981873

Assinado de forma digital por ROBERTO TANZI BRAGUIM:03999981873
Dados: 2026.06.01 09:19:49 -03'00'

ROBERTO BRAGUIM

Conselheiro Vice-Presidente

TPF/RB

Processo: **TC/5696/2000**
Origem: Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão
Objeto: PROPOSTA DE OPERACAO URBANA FARIA LIMA QUE RECEBEU O NR. 118-FL, PLEI- TEANDO A ALTERACAO DOS INDICES E CARACTERISTICAS DE USO E OCUPACAO DO SOLO DO IMOVEL LOCALIZADO NESTA CAPITAL A AV JURITI, 50, 62, 78, CONTRI- BUINTES NRS. 0410620022-8; 0410620028-7; 0410620040-6; 0410620041-4 EDITAL DE CHAMAMENTO NR 01/95 CERTIDAO NR 10/00-SEMPLA DE 26/07/2000 MEMO AT-ENG NR 131/2000 DE 25/09/2000 PROCESSO CONSTITUIDO POR 02 (DOIS) VOLUMES, SENDO: VOLUME I - FL. 001 A 305 VOLUME II - FL. 306 EM DIANTE

DECLARAÇÃO DE VOTO

1. Em que pese o judicioso voto do Exmo. Conselheiro Relator Roberto Braguim, peço vênia para divergir.

2. É o caso de reconhecer a consumação de prescrição no presente feito.

3. A ocorrência do fenômeno prescricional no âmbito das Cortes de Contas foi sedimentada pelo Supremo Tribunal Federal. Com o julgamento de precedentes qualificados nos Temas de Repercussão Geral nº 897 e 899, e na esteira do quanto decidido no julgamento da ADI nº 5.509, com base na métrica estabelecida pela Lei Federal nº 9.873/1999, foi reconhecida a aplicação do prazo quinquenal à prescrição das pretensões punitivas e ressarcitórias submetidas à deliberação dos Tribunal de Contas.

4. Para dar aplicabilidade às teses firmadas pelo Supremo Tribunal Federal, o Tribunal de Contas da União – TCU aprovou a Resolução

nº 344/2022. Essa norma estabelece os marcos interruptivos e causas de suspensão do prazo prescricional, além de orientar o julgamento da Corte quando verificada a hipótese de prescrição. O texto da resolução foi objeto de debates intensos entre as áreas técnicas da Corte de Contas federal, conforme formalizado no TC 008.702/2022-5 e resumido no Acórdão TCU 2285/2022.

5. Em seu turno, o Tribunal de Contas do Município de São Paulo – TCMSP, a partir da Resolução nº 10/2023 – publicada no Diário Oficial em 12/06/2023, conjugada à Ordem Interna SG/GAB nº 07/2023, regulamentou a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e ressarcitória nos feitos de sua competência – transcurso quinquenal, bem como da prescrição intercorrente – transcurso trienal.

6. Quanto ao momento, a aferição da ocorrência da prescrição, nos termos do Artigo 11 da referida Resolução, pode ser realizada em qualquer fase do processo, de ofício ou por provocação dos interessados, uma vez que se trata de matéria de ordem pública. Veja-se:

> Art. 11. A ocorrência de prescrição será aferida, de ofício ou por provocação do interessado, em qualquer fase do processo, ressalvado o disposto no parágrafo único.

7. Impositivo, portanto, reconhecer, de ofício, a prescrição quinquenal no caso em tela, ocorrida, nos termos previstos do art. 2º, *caput*, da Resolução nº 10/2023.

8. No caso em tela, consumou-se o transcurso de prazo superior a 5 (cinco) anos, considerando a data das defesas apresentadas nos autos (peça 9 – fls. 163/170), datado de 21/09/2001, e a r. decisão condenatória recorrível (peça 15), datada de 29/03/2023, atraindo as consequências jurídico-processuais da prescrição administrativa quinquenal, nos termos da Resolução nº 10/2023.

9. Verificada a prescrição, deve ser extinto o feito, especialmente com relação aos terceiros interessados. Entretanto, nos termos

da deliberação deste Tribunal de Contas no bojo do TC/366/2011, deve ser ponderada a relevância da manutenção dos aspectos declaratórios que podem emergir da análise do quanto processado.

10. Tal entendimento condiz com a versão já aprimorada da normatização do Tribunal de Contas da União a respeito do tema, em seus arts. 11 e 12.[1]

11. Da leitura dos autos tem-se que, da análise da auditoria no decorrer da instrução processual, foram verificadas irregularidades.

12. Desse modo, constata-se a relevância do conteúdo da instrução processual, vez que se destina a reorientar pedagogicamente a atuação da administração no sentido de melhor governança e atendimentos aos princípios constitucionais da Administração Pública.

13. Por oportuno, observo que o reconhecimento da prescrição em sede processual de controle externo não irradia efeitos para outros procedimentos que extrapolem as suas atribuições/competências, notadamente aqueles conduzidos pelo Ministério Público ou pelo órgão de Origem no sentido de promover medidas necessárias de ressarcimento e para fins de apuração de atos de improbidade – cujas ações de reparação são imprescritíveis, nos termos do Tema 897, do STF, de repercussão geral - ou criminais.

Ante o exposto, **JULGO EXTINTO O PRESENTE FEITO,** nos termos do art. 12 da Resolução TCMSP nº 10/2023, **MANTIDAS**, contudo, as manifestações de caráter pedagógico, nos termos do art. 13 da Resolução nº 10/2023**.**

[1] Art. 11. Reconhecida pelo Tribunal a prescrição da pretensão punitiva e da pretensão ressarcitória em relação à totalidade das irregularidades, o processo deverá ser arquivado, ressalvada a hipótese do art. 12.
Art. 12. O reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva e da pretensão ressarcitória, a despeito de obstar a imposição de sanção e de reparação do dano, não impede o julgamento das contas, a adoção de determinações, recomendações ou outras providências motivadas por esses fatos, destinadas a reorientar a atuação administrativa.

DETERMINO, ainda, o encaminhamento dos Relatório, Voto e da Decisão a ser alcançada em Plenário à Origem para fins pedagógicos, nos termos do art. 13 da Resolução TCMSP nº 10/2023, no intuito de aperfeiçoamento dos atos de sua competência.

É como voto, Senhor Presidente.

Ricardo Torres
Conselheiro

Assinado digitalmente por RICARDO EZEQUIEL TORRES
Date: 06/16/2026 09:44:29 -03:00
Signature powered by e-TCM
Tribunal de Contas do Município de São Paulo

80ª Sessão Ordinária Não Presencial, de 02 a 17 de junho de 2026

Relator: Conselheiro Roberto Braguim

Competência: Pleno

TC 5956/2000 - Recursos ex officio, da Procuradoria da Fazenda Municipal e de Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda. (e sucessores de Ernesto Zarzur) interpostos em face da Decisão de Juízo Singular de 29/3/2023 - Termo de Compromisso 07/2000/Sempla - Proposta de Operação Urbana Faria Lima 118-FL, pleiteando a alteração dos índices e características de uso e ocupação do solo do imóvel localizado na Avenida Juriti, 50, 62 e 78 (Contribuintes 041.062.0022-8, 041.062.0028-7, 041.062.0040-6 e 041.062.0041-4) (CAV)

RECURSOS VOLUNTÁRIOS E EX OFFICIO. TERMO DE COMPROMISSO Nº 07/00/SEMPLA. PRESCRIÇÃO DAS PRETENSÕES PUNITIVA E RESSARCITÓRIA. RESOLUÇÃO TCMSP Nº 10/2023. SEGURANÇA JURÍDICA. FUNÇÃO PEDAGÓGICA. 1. Reconhecimento da ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória, nos termos do art. 2º, c/c art. 5º, inciso II e IV, § 2º c/c art. 6º, inciso I, da Resolução 10/2023. 2. Julgamento pela extinção do processo afastando as determinações constantes do acórdão recorrido. 3. Reconhecida a prescrição, impõe-se a extinção do feito quanto aos responsáveis e demais envolvidos, mantido o conteúdo declaratório exclusivamente para fins pedagógicos e reorientadores da Administração Pública, nos termos do art. 13 da Resolução nº 10/2023. 4. Aplicação da tese firmada no TC nº 000366/2011, consolidada na jurisprudência deste Plenário. RECURSOS **CONHECIDOS. RECONHECIDA A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.**

VOTO DIVERGENTE

1.Trata-se, nesta fase processual, do julgamento dos Recursos "Ex Ofício" e ordinários da Procuradoria da Fazenda Municipal e Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda., atual denominação de EZ Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda., conjuntamente com os sucessores de Ernesto Zarzur, a saber: Esther Heloísa Zarzur, Flávio Ernesto Zarzur, Silvio Ernesto Zarzur, Silvana Zarzur Alberto, Marcelo Ernesto Zarzur, Marcos Ernesto Zarzur e Anna Lúcia Zarzur Maalouli, em face da r. Decisão de Juízo Singular, publicada em 06/04/2023, que

acolheu a preliminar de ilegitimidade passiva dos integrantes do Grupo de Trabalho da Operação Urbana Faria Lima, excluindo-lhes a responsabilidade e mantendo, porém, a de Heloísa Maria de Salles Penteado Proença, na época Secretária Municipal do Planejamento e Presidente da Comissão Normativa de Legislação Urbanística – CNLU e, no mérito julgou parcialmente regular o Termo de Compromisso nº 07/00/SEMPLA – Operação Urbana Faria Lima, com determinação à Municipalidade para a adoção das medidas necessárias, amigáveis ou judiciais, junto ao Compromissário, visando o ressarcimento ao erário da diferença apontada em relação ao subdimensionamento da contrapartida, devidamente atualizada, deixando de apenar os agentes públicos envolvidos em razão do tempo decorrido (peça 15).

2.A PFM requer a reforma parcial da Decisão para que seja declarada integralmente regular a Operação Urbana, ou, subsidiariamente, que fossem reconhecidos os seus efeitos financeiros e patrimoniais, inclusive em relação ao valor da contrapartida fixada e paga, por ausência de indício de dolo, culpa ou má fé dos agentes responsáveis ou prejuízo efetivo ao Erário. (peça 24)

3.A Secretária, Heloísa Maria de Salles Penteado Proença e Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda., regularmente intimados, deixaram transcorrerem *in albis* o prazo recursal (peças 23 e 28).

4.Na sequência, diante do falecimento do Compromissário, Ernesto Zarzur, o Relator Original entendeu necessária a intimação do Espólio, vez que a Decisão poderia afetar o patrimônio de terceiros (peças 38 e 44). Sendo assim, recorreram em Apelo único, Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda., atual denominação de EZ Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda., e os herdeiros do de cujus suscitando ilegitimidade passiva dos sucessores, prescrição intercorrente e a regularidade total do termo de compromisso (peça 70).

5.Em pareceres finais, a Auditoria, a Assessoria Jurídica e a Secretaria Geral opinaram pelo conhecimento dos Recursos, pela rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva arguida, reconhecendo a incidência de prescrição, para no mérito, preservada a função declaratória (peças 31, 95, 96, 101, 102).

6.Esse é o breve relato.

7.Os autos estão devidamente instruídos e conforme consignado nos pareceres da Auditoria (peça 93) Assessoria Jurídica (31, 95 e 96) e Secretaria Geral (peça 102) entre o penúltimo marco interruptivo, consubstanciado no relatório de Auditoria pós defesa de 21/09/01 (peça 9 – págs 163/170) e a r. Decisão condenatória recorrível de 29/03/23 (peca 15) decorreram-se mais de 05 anos, de modo que as pretensões punitivas e ressarcitórias foram fulminadas pelo instituto da prescrição quinquenal, nos termos do art. 2º, c/c art. 5º, inciso II e IV, § 2º c/c art. 6º, inciso I, da Resolução 10/2023.

8. Assim, reconhecida a prescrição, e à luz do entendimento firmado por este Plenário, divirjo do Relator especificamente para reconhecer como consequências jurídicas (i) a **extinção do feito** quanto aos responsáveis e demais envolvidos, no que se refere a efeitos de natureza punitiva ou ressarcitória; e (ii) a preservação do conteúdo declaratório, exclusivamente para fins pedagógicos e reorientadores da Administração Pública.

I - HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DA PRESCRIÇÃO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS

9. Ensina a Professora Maria Helena Diniz que a prescrição é um **fato jurídico *stricto sensu***, independente de vontade humana:

> Fato jurídico stricto sensu é o acontecimento independente da vontade humana que produz efeitos jurídicos, criando, modificando ou extinguindo direitos. Dentre os fatos jurídicos stricto sensu sobreleva em importância o decurso do tempo, principalmente no que concerne à prescrição e à decadência, dada a enorme influência que exercem nas relações jurídicas, no que diz respeito à aquisição e à extinção dos direitos.[1]

10. Expande Flávio Tartuce que na "*prescrição ocorre a extinção da pretensão; todavia, o direito em si permanece incólume, só que sem proteção jurídica para solucioná-lo*."[2]

11. No tema da prescrição das pretensões dos Tribunais de Contas explicava Jorge Ulisses Jacoby Fernandes em 2016 que "*conquanto o dever de ressarcir o erário possa ser imprescritível, as penalidades, mesmo a multa que tem caráter pecuniário, estão sujeitas a prescrição.*"[3] Todavia, observava Jacoby Fernandes que a temática da prescrição deveria idealmente estar prevista em Lei, entretanto, sem legislação, deve ser aplicado o instituto por analogia:

> "À primeira vista, seria necessária legislação especifica para regular o tema. O recurso à analogia deve se fazer, preferencialmente entre normas de Direito Público, dentre estas, as de direito administrativo (...)"[4]

12. Historicamente, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União era firme no sentido de que não se aplicava o instituto da prescrição nas pretensões ressarcitória de suas

---

[1] Diniz, Maria H. *Manual de direito civil*. Disponível em: Minha Biblioteca, (4th edição). Editora Saraiva, 2022, pg. 43.
[2] Tartuce, Flávio. *Manual de direito civil: volume único*. 10ªed, 2020, Rio de Janeiro, Editora Método.
[3] Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. *Tribunais de Contas do Brasil: Jurisdição e Competência*. 4ª ed, 2016, Belo Horizonte: Fórum, p. 620
[4] Jacoby Fernandes, Jorge Ulisses. *Tribunais de Contas do Brasil: Jurisdição e Competência*. 4ª ed, 2016, Belo Horizonte: Fórum. p. 623

tomadas de contas especiais, em razão da imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao erário:

> "A prescrição qüinqüenal veiculada na Lei 9.873/1999 não se aplica aos processos de tomada de contas especial, por possuir como fundamento o exercício regular do Poder de Polícia, diferentemente das atividades de controle externo previstas na Constituição Federal, que encerram, entre outros, os atos de gestão." (Acórdão 49/2008-Primeira Câmara | Relator: MARCOS BEMQUERER / ÁREA: Responsabilidade | TEMA: Débito | SUBTEMA: Imprescritibilidade)
>
> "Não se aplica a prescrição da ação disciplinar com base no art. 142 da Lei 8.112/1990 no âmbito de tomada de contas especial, pois são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário." (Acórdão 1865/2009-Plenário | Relator: WEDER DE OLIVEIRA; ÁREA: Responsabilidade | TEMA: Pena disciplinar | SUBTEMA: Prescrição).

13. Este posicionamento, inclusive já havia sido referendado pelo Supremo Tribunal Federal na época:

> "AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. § 5º DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO. PRECEDENTES. 1. **O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS 26.210, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, decidiu pela imprescritibilidade de ações de ressarcimento de danos ao erário.** 2. Agravo regimental desprovido". (RE 578.428, Rel. Min. Ayres Britto, Segunda Turma, DJe 28.6.2011, grifo nosso)

14. Não obstante este entendimento, interessante pontuar que o TCU, no art. 6º, inciso II, da instrução Normativa TCU º 71/2012, dispôs que ficava dispensada a instauração da tomada de contas especial na hipótese houver transcorrido prazo superior a dez anos entre a data provável de ocorrência do dano e a primeira notificação dos responsáveis pela autoridade administrativa competente.

15. Quanto à prescrição das pretensões de natureza sancionatória, como a de multa, o Tribunal de Contas da União aplicava por analogia as disposições da prescrição decenal do Código Civil.

> "A prescrição para aplicação das sanções previstas na Lei Orgânica do TCU regula-se pelo prazo vintenário do antigo código civil ou decenário, para o vigente, contada somente após a sua constituição, ou seja, após a publicação do acórdão condenatório, e não desde o fato gerador." (Acórdão 771/2010-Plenário | Relator: AUGUSTO

> SHERMAN / ÁREA: Responsabilidade | TEMA: Multa | SUBTEMA: Prescrição)
>
> "Na ausência de prazo prescricional específico para o exercício da pretensão punitiva pelo TCU, aplica-se aos processos de controle externo o prazo de dez anos previsto no art. 205 do Código Civil." (Acórdão 670/2013-Segunda Câmara | Relator: BENJAMIN ZYMLER / ÁREA: Responsabilidade | TEMA: Multa | SUBTEMA: Prescrição)

16. Ao aplicar o prazo geral prescricional do Código Civil o Tribunal de Contas mantinha claro que a matéria era sujeita a reserva legal, mas que, todavia, não havia lei específica:

> "A regra de prescrição para o exercício do poder punitivo pelo TCU é matéria sujeita à reserva legal, para a qual ainda não há lei específica. Diante da lacuna na Lei 8.443/1992, aplica-se aos processos de controle externo o prazo geral previsto no Código Civil, não o da Lei 9.873/1999, porquanto a atividade judicante do Tribunal não tem como fundamento o exercício do poder de polícia." (Acórdão 1683/2013-Plenário | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES / ÁREA: Responsabilidade | TEMA: Multa | SUBTEMA: Prescrição)
>
> "As regras de prescrição para o exercício do poder punitivo por parte do TCU constituem matéria de estrita reserva legal. Em sua ausência, adota-se as regras do prazo decenal do Código Civil." (Acórdão 5920/2013-Primeira Câmara | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES / ÁREA: Responsabilidade | TEMA: Multa | SUBTEMA: Prescrição)

17. Contudo, o panorama da prescrição no Tribunal de Contas da União recentemente foi alterado pela consolidação do entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal. Nos julgamentos dos temas 666[5], 897[6], 899[7] em repercussão geral, o STF reconheceu a existência e procedência do instituto da prescrição em face das pretensões ressarcitórias dos Tribunais de Contas.

18. O §5º, do art. 37, da Constituição Federal prevê que "*a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário,* ***ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento***." (grifos nossos)

---

[5] *É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil*

[6] *São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa*

[7] *É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas*

19. No tema 666 o Plenário do Supremo Tribunal Federal, não obstante não ter entrado no mérito de ações do Tribunais de Contas, discutiu o alcance da última disposição da norma constitucional citada acima. O relator do caso, o Emérito Ministro Teori Zavascki, entendeu em seu voto vencedor que:

> "Em suma, não há dúvidas de que o fragmento final do § 5º do art. 37 da Constituição veicula, sob a forma da imprescritibilidade, uma ordem de bloqueio destinada a conter eventuais iniciativas legislativas displicentes com o patrimônio público. Esse sentido deve ser preservado. Todavia, não é adequado embutir na norma de imprescritibilidade um alcance ilimitado, ou limitado apenas pelo (a) conteúdo material da pretensão a ser exercida – o ressarcimento – ou (b) pela causa remota que deu origem ao desfalque no erário – um ato ilícito em sentido amplo. O que se mostra mais consentâneo com o sistema de direito, inclusive o constitucional, que consagra **a prescritibilidade como princípio, é atribuir um sentido estrito aos ilícitos de que trata o § 5º do art. 37 da Constituição Federal, afirmando como tese de repercussão geral a de que a imprescritibilidade a que se refere o mencionado dispositivo diz respeito apenas a ações de ressarcimento de danos decorrentes de ilícitos tipificados como de improbidade administrativa e como ilícitos penais**." (RE 669069, Relator(a): TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 03/02/2016, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-082 DIVULG 27-04-2016 PUBLIC 28-04-2016, grifos nossos.)

20. Como pode ser visto, o Plenário do STF, por maioria, decidiu que a disposição final do §5º, do art. 37, da Carta Magna tem alcance limitado às ações de ressarcimento de danos decorrentes de ilícitos tipificados como de improbidade administrativa e como ilícitos penais. Ou seja, por interpretação não alcança pretensões dos Tribunais de Contas.

21. Esta tese foi reforçada no julgamento do tema 897, firmado após debate do Plenário acerca da tese constante do voto divergente vencedor do Ministro Edson Fachin, de que são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa. O debate do Plenário se revolveu na questão trazida pelo Ministro Relator Alexandre de Moraes, que questionou como que a ação de ressarcimento de um ato improbo pode ser imprescritível se a culpabilidade do ato improbo é prescritível. Entretanto, no contexto da Jurisdição dos Tribunais de Contas, o importante que foi definido novamente o limite das ações de ressarcimento de danos decorrentes de ilícitos tipificados como de improbidade administrativa. Nesse sentido, confira trecho do voto do Ministro Edson Fachin:

> "Diante da exceção constitucional ampla que estabelece a imprescritibilidade das pretensões de ressarcimento do erário decorrentes de atos ilícitos que a ele causaram prejuízos, **entendo que a sua restrição a um grupo específico de ilícitos (sejam eles improbidade administrativa ou tipos penais), ao contrário de favorecer, milita em desfavor ao princípio da segurança jurídica**. O comando constitucional materializou, com segurança, o ideal republicano de que ninguém, ainda que pelo transcurso de lapso temporal considerável - frise-se uma vez mais - está autorizado ilicitamente a causar prejuízo ao erário, locupletando-se da coisa pública ao se eximir do dever de ressarci-lo." (RE 852475, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 08/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-058 DIVULG 22-03-2019 PUBLIC 25-03-2019. Voto Ministro Edson Fachin, p. 08; p. 44 do Acórdão, grifos nosso)

22. Finalmente, no julgamento do Tema 899, o Plenário do Excelso Pretório enfrentou a questão da prescritibilidade da pretensão ressarcitória do Tribunal de Contas, decidindo por unanimidade que são prescritíveis as pretensões de ressarcimento ao erário fundadas em decisão de Tribunal de Contas. Conforme o Ministro Relator Alexandre de Moraes, as decisões dos temas anteriores 666 e 897 levaram à seguinte conclusão:

> "**Em conclusão, nos termos das fundamentações e decisões Plenárias do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, somente são imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato de improbidade administrativa doloso tipificado na Lei de Improbidade Administrativa Lei 8.429/1992 (TEMA 897). Em relação a todos os demais atos ilícitos, inclusive àqueles atentatórios à probidade da administração não dolosos e aos anteriores à edição da Lei 8.429/1992, aplica-se o TEMA 666, sendo prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública**. Entendo que, as razões que levaram a maioria da CORTE a estabelecer excepcional hipótese de imprescritibilidade, no tema 897, não estão presentes em relação as decisões do Tribunal de Contas que resultem imputação de débito ou multa, e, que, nos termos do §3º, do artigo 71 da CF, tem eficácia de título executivo; sendo, portanto, prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada nessas decisões; uma vez que, (a) a Corte de Contas, em momento algum, analisa a existência ou não de ato doloso de improbidade administrativa; (b) não há decisão judicial caracterizando a existência de ato ilícito doloso, inexistindo contraditório e ampla defesa plenos, pois não é possível ao imputado

> defender-se no sentido da ausência de elemento subjetivo. Ressalte-se, ainda, que, com base nas decisões do Tribunal de Contas, paralelamente à ação de execução, será possível o ajuizamento de ação civil de improbidade administrativa para, garantido o devido processo legal, ampla defesa e contraditório, eventualmente, condenar-se o imputado, inclusive a ressarcimento ao erário, que, nos termos da tese fixada no TEMA 897, será imprescritível." (RE 636886, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-157 DIVULG 23-06-2020 PUBLIC 24-06-2020. Voto Ministro Alexandre de Moraes, p.03; p. 09 do Acórdão. Grifos nossos.)

23. Antes do julgamento do tema 899 em 24/06/2020 o Tribunal de Contas da União entendia que o disposto no tema 666 não aplicava a suas pretensões ressarcitórias:

> "O reconhecimento da prescrição de ações de ressarcimento ao erário no julgamento do Recurso Extraordinário 669.069/MG (Repercussão Geral 666) não atinge os processos de controle externo, uma vez que a decisão do STF se aplica apenas a ações de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil, ou seja, circunscreve-se à prática de atos danosos ao erário que violem normas de Direito Privado." (Acórdão 2469/2018-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN / ÁREA: Responsabilidade | TEMA: Débito | SUBTEMA: Imprescritibilidade.)

24. Este entendimento não pode se manter, todavia, após a decisão concretizada no tema 899.

25. Embora tenha sido firmada inequivocamente a prescritibilidade das ações de ressarcimento, ainda existia o problema de ausência de prazo legal. O Ministro Gilmar Mendes em seu voto no julgamento do Tema 899 adentrou nesta questão entendendo que:

> "Por conseguinte, há, em regra, prazos quinquenais diferenciados a depender da fase fiscalizatória em que se encontre o fato que cause prejuízo ao erário: fase administrativo-fiscalizatória (prazo decadencial ou prescricional punitivo) e fase executória (prazo prescricional próprio), observadas as causas suspensivas ou interruptivas dos cômputos." (RE 636886, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 20/04/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-157 DIVULG 23-06-2020 PUBLIC 24-06-2020. Voto Ministro Gilmar Mendes, p.25; p. 53 do Acórdão. Grifos nossos.)

26. Contudo, após esta manifestação, o Ministro Luís Roberto Barroso interveio argumentando que a questão do prazo aplicável não era pertinente à matéria em discussão que se limitava a questão da prescritibilidade.

27. Ulteriormente, a questão do prazo foi edificada no julgamento em 11/11/2021 da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.509[8], com efeito *erga omnes,* que determinou que a prescrição das pretensões do Tribunal de Contas da União, tanto sancionatórias quanto ressarcitórias, seria regida observando o disposto no paradigma da Lei Federal nº 9.873/99 por analogia.

28. Antes da referida ADI a jurisprudência do STF já vinha se posicionando neste sentido como pode se verificar dos precedentes colacionados abaixo:

> "**Ementa: Direito administrativo. Mandado de segurança. Multas aplicadas pelo TCU. Prescrição da pretensão punitiva. Exame de legalidade. 1. A prescrição da pretensão punitiva do TCU é regulada integralmente pela Lei nº 9.873/1999, seja em razão da interpretação correta e da aplicação direta desta lei, seja por analogia**. 2. Inocorrência da extinção da pretensão punitiva no caso concreto, considerando-se os marcos interruptivos da prescrição previstos em lei. 3. Os argumentos apresentados pelo impetrante não demonstraram qualquer ilegalidade nos fundamentos utilizados pelo TCU para a imposição da multa. 4. Segurança denegada." (MS 32201, Relator(a): ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 21/03/2017, PROCESSO ELETRÔNICO DJe173 DIVULG 04-08-2017 PUBLIC 07-08-2017, grifos nossos).

[8] AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ. IMPUGNAÇÃO AOS ARTS. 76, §5º E 78, §7º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E PARCIAL DA LEI ESTADUAL Nº 12.160/1993. NORMAS QUE ESTABELECEM A OBSERVÂNCIA, PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS E DO ESTADO DO CEARÁ, DOS INSTITUTOS DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA NO EXERCÍCIO DE SUAS COMPETÊNCIAS. INOCORRÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO MODELO FEDERAL DE ALCANCE DA CLÁUSULA DE IMPRESCRITIBILIDADE. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 35-C, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II. OFENSA AO ART. 75, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PARCIAL PROCEDÊNCIA. 1. Na ausência de regra expressa para o modelo federal, tem os Estados competência para suplementar o modelo constitucional de controle externo. 2. O Plenário deste Tribunal consolidou a interpretação do alcance da cláusula constitucional da imprescritibilidade no modelo federal como limitada aos "atos dolosos de improbidade administrativa". É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas: RE 636.886, Rel. Min. Alexandre de Moraes, Tribunal Pleno, DJe 24.06.2020, Tema n.º 899 da Repercussão Geral. Inocorrência de violação à simetria. 3. Pontualmente, a previsão segundo a qual o prazo prescricional inicia-se a partir da data de ocorrência do fato não encontra abrigo no ordenamento constitucional, nem nas leis federais de regência. Precedentes. Declaro a inconstitucionalidade do inciso II do parágrafo único do art. 35-C da Lei do Estado do Ceará 12.160, de 1993. 4. Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada parcialmente procedente. (ADI 5509, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 11/11/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Dje-036 DIVULG 22-02-2022 PUBLIC 23-02-2022)

> "(...) **1. A prescrição da pretensão punitiva do TCU é regulada pela Lei 9.873/1999, descabendo a aplicação do prazo decenal previsto na legislação civil (art. 205 do Código Civil). Ao revés, incide o prazo quinquenal previsto na Lei 9.873/1999** (MS 32201, Rel. Min. Roberto Barroso, PRIMEIRA TURMA, DJe 7/8/2017; MS 35.512-AgR, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, SEGUNDA TURMA, DJe 21/6/2019). (...) (MS 35940, Relator(a): LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 16/06/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-176 DIVULG 13-07-2020 PUBLIC 14-07-2020. Grifos nossos)

> "Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PRETENSÃO PUNITIVA DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. PRESCRIÇÃO. OBSERVÂNCIA DA LEI 9.873/1999. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO**. I – A prescrição da pretensão punitiva do Tribunal de Contas da União é regulada integralmente pela Lei 9.873/1999.** II – A aplicabilidade de sanções administrativas pelo TCU sofre os efeitos fulminantes da passagem de tempo, de acordo com os prazos previstos em lei, ressalvada a possibilidade de o Poder Público buscar, na esfera judicial, o ressarcimento de valores decorrentes de ilegalidade de despesa ou de irregularidade de contas. III – Agravo regimental a que se nega provimento." (MS 36054 AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 09/11/2021, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-244 DIVULG 10-12-2021 PUBLIC 13-12-2021. Grifos nossos)

29. Inclusive no que tangia à aplicação das causas interruptivas da mesma Lei Federal:

> "Ementa: AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. CONDENAÇÃO A RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. PRESCRIÇÃO. MARCO INTERRUPTIVO. ART. 2°, II, DA LEI 9.873/1999. ATO INEQUÍVOCO DE APURAÇÃO DO FATO. DISCUSSÃO. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DEMONSTRAÇÃO. INOCORRÊNCIA. SUBSISTÊNCIA DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. I - As razões do agravo regimental são inaptas para desconstituir os fundamentos da decisão agravada, que, por isso, se mantêm hígidos**. II – Aplicando-se a regulamentação da Lei 9.873/1999 ao caso concreto, observa-se que a pretensão sancionatória do TCU, em relação aos atos praticados pelo impetrante, levando-se em consideração a ocorrência de 5 causas interruptivas da prescrição, não teria sido fulminada pelo decurso do tempo.** III - A pretensão do recorrente, fundada na discussão sobre os fatos apontados como marcos

> interruptivos da prescrição da pretensão punitiva da Administração Pública, refoge aos estreitos limites do mandamus, ante a ausência de liquidez e certeza do direito pleiteado. IV - Agravo regimental a que se nega provimento." (MS 36067 ED-AgR, Relator(a): RICARDO LEWANDOWSKI, Segunda Turma, julgado em 18/10/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-234 DIVULG 28-10-2019 PUBLIC 29-10-2019, grifos nossos)

30. Na ADI 5.509, como pode ser visto pelo Voto Relator do Ministro Edson Fachin, foi decidido que:

> "Com fundamento nesses precedentes, é possível, portanto, sintetizar a orientação aplicável para a fixação e a contagem dos prazos prescricionais das ações de competência do Tribunal de Contas. A atividade de controle externo equipara-se, para fins de contagem do prazo prescricional, ao poder de polícia do Estado e, como tal, nos termos do art. 1º da Lei 9.873, de 1999, "Prescreve em cinco anos a ação punitiva da Administração Pública Federal, direta e indireta, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado"." (ADI 5509, Relator(a): EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 11/11/2021, PROCESSO ELETRÔNICO Dje-036 DIVULG 22-02-2022 PUBLIC 23-02-2022. Voto Relator Ministro Edson Fachin p. 16, Acórdão p. 24)

31. Perante esta consolidação do entendimento jurisprudencial do STF, o TCU resolveu normatizar o tema na Resolução nº 344/2022, que disciplinou o instituto da prescrição na Corte considerando expressamente as decisões proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em especial no Recurso Extraordinário nº 636.886 (tema 899 da Repercussão Geral) e na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5509.

32. Subsequentemente a normatização do TCU, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) publicou nota em 24/04/2023, conjuntamente com o Instituto Rui Barbosa (IRB), o Conselho Nacional de Presidentes dos Tribunais de Contas (CNPTC) e a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (ABRACOM), recomendando que os demais Tribunais de Contas também normatizassem a questão da prescrição e decadência.

33. Seguindo a jurisprudência do STF, o exemplo do TCU com a sua Resolução 344/2022 e a Nota Recomendatória nº 02/2023 Conjunta Atricon-IRB-Abracom-CNPTC, este TCMSP, em 07/06/2023, normatizou a Resolução nº 10/2023 que disciplina o instituto da prescrição nesta Corte.

34. Citada Resolução desta Corte de Contas Municipal acompanha o modelo da Resolução do TCU e o entendimento do STF ao expor em seu art. 1º que:

> **"Art. 1º** A prescrição nos processos de controle externo, em curso no Tribunal de Contas do Município de São Paulo, observará o disposto na Lei 9.873, de 23 de novembro de 1999, na forma aplicada pelo Supremo Tribunal Federal, em especial a Ação Direta de Inconstitucionalidade 5509, e regulamentada por esta resolução, exceto os de apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal ou de concessão de aposentadorias, reformas e pensões."

35. Pois bem. Vigente a resolução normatizando a prescrição nesta Corte se tornou obrigatório analisar se os processos que tramitam em sua jurisdição estão prescritos.

36. Mencionada obrigação deve ser cumprida independente do momento processual, dada a natureza de matéria de ordem pública da prescrição, exceto os que já estão transitados em julgado (regra do art. 17 da Resolução TCMSP nº 10/2023), de acordo com o que já firmou a jurisprudência do TCU:

> "O fato de o responsável ter suscitado a ocorrência de prescrição apenas em sede de embargos de declaração não impede o TCU de examiná-la, uma vez que, por se tratar de matéria de ordem pública, a prescrição deve ser aferida em todos os processos em tramitação no TCU, à exceção daqueles já remetidos aos órgãos ou entidades competentes para cobrança judicial (art. 10 da Resolução TCU 344/2022) ou para os quais já tenha ocorrido o trânsito em julgado no TCU até a data de publicação da mencionada resolução (art. 18)." (Acórdão 23/2023-Segunda Câmara | Relator: MARCOS BEMQUERER / ÁREA: Direito Processual | TEMA: Embargos de declaração | SUBTEMA: Abrangência)

37. Complementarmente, por ser, reitera-se, matéria de ordem pública, o TCU também já se posicionou que a matéria da prescrição pode ser revista de ofício até em casos em que já houve decisão a negando anterior a entrada da resolução normativa:

> "A ocorrência de prescrição da pretensão punitiva ou ressarcitória do TCU, matéria de ordem pública, pode ser revista de ofício em sede de embargos de declaração, mesmo que já tenha sido devidamente enfrentada na decisão recorrida, se esta foi proferida anteriormente à edição da Resolução TCU 344/2022, que regulamentou a matéria no âmbito do Tribunal." (Acórdão 727/2023-Primeira Câmara | Relator:

> WALTON ALENCAR RODRIGUES / ÁREA: Direito Processual | TEMA: Revisão de ofício | SUBTEMA: Matéria de ordem pública.)
>
> "A aprovação da Resolução TCU 344/2022, que regulamenta, no âmbito do Tribunal, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e de ressarcimento, constitui fato superveniente que autoriza o exame de ofício da incidência da prescrição em sede de embargos de declaração, mesmo que essa questão já tenha sido expressamente analisada, sob a égide do entendimento anterior à resolução, na decisão embargada, por se tratar de matéria de ordem pública."(Acórdão 2971/2023-Primeira Câmara | Relator: AUGUSTO SHERMAN / ÁREA: Direito Processual | TEMA: Embargos de declaração | SUBTEMA: Abrangência)

38. Feitas estas considerações gerais acerca do histórico e consolidação do instituto da prescrição nos Tribunais de Contas, podemos ponderar sua aplicação e efeitos no presente caso.

II. DO RECONHECIMENTO DA APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO TCMSP Nº 10/ 2023 NO PRESENTE CASO

39. No caso vertente, analisando-se, a incidência dos marcos prescricionais previstos na alvitrada resolução, verifica-se que entre o penúltimo marco interruptivo, consubstanciado no relatório de Auditoria pós defesa de 21/09/01(peça 9 – págs 163/170) e a r. Decisão condenatória recorrível de 29/03/23 (peca 15) decorreram-se mais de 05 anos, de modo que as pretensões punitivas e ressarcitórias foram fulminadas pelo instituto da prescrição quinquenal, nos termos do art. 2º, c/c art. 5º, inciso II e IV, § 2º c/c art. 6º, inciso I, da Resolução 10/2023.

40. A incidência do instituto da prescrição é matéria nova no âmbito das Cortes de Contas e envolve construção jurisprudencial a partir da maturação das situações concretas examinadas, sem descurar das particularidades dos processos de controle externo.

41. Nesse diapasão, já expressei em julgados anteriores o entendimento de que não parece haver relevância em prolongar a continuidade de um processo com pretensões ressarcitórias ou punitivas prescritas, em observância ao princípio da economicidade, especialmente em relação a fatos antigos, aplicando-se o artigo 12, parágrafo único, da Resolução TCMSP nº 10/2023.

42. No que se refere à prescrição em fase recursal, como no caso em tela, o Plenário do TCU vem consolidando sua jurisprudência no sentido de que a mera existência de uma decisão proferida pela Corte em 1ª instância não é suficiente, por si só, para satisfazer o critério de relevância e afastar os efeitos extintivos da prescrição. Nessa linha, confira-se

trecho do dispositivo do Acórdão 1347/2024 do TCU relatado pelo ministro Augusto Nardes, acolhido pelo Plenário na sessão de 10 de julho de 2024:

> (...)Assim, acolho os pareceres nos autos para reconhecer a ocorrência da prescrição das pretensões punitiva e ressarcitória do Tribunal, **considerar insubsistente o Acórdão 7364/2021-TCU-Segunda Câmara e arquivar o presente processo, nos termos do art. 11 da Resolução TCU 344/2022**. (...) Ante o exposto, VOTO no sentido de que o Tribunal acolha o acórdão cuja minuta submeto à deliberação deste colegiado." (Acórdão 1347/2024 – PLENÁRIO/ Relator AUGUSTO NARDES/ Processo 028.345/2020-7/ TOMADA DE CONTAS ESPECIAL (TCE)/ Data da sessão 10/07/2024)

43. Ainda que a Resolução nº 10/2023 não apresente redação idêntica à Resolução nº 344/2022 do TCU, no que tange ao critério de relevância, não se pode olvidar os esforços de alinhamento de entendimento sobre o instituto da prescrição entre todos os Tribunais de Contas, sendo, portanto, imprescindível a reflexão acerca do acima mencionado, que direciona no sentido de que o critério de relevância para a continuidade do processo não pode ser presumido, devendo ser comprovado por meio de ponderação de elementos concretos presentes nos autos.

44. No que tange à prescrição, seu critério de relevância e seus efeitos dispõem os artigos 12 e 13 da Resolução nº 10, de 2023 o seguinte:

> "Art. 12. Aferida a prescrição da pretensão punitiva e da pretensão ressarcitória em relação à totalidade das irregularidades, a decisão de Juízo Singular, Câmara ou do Pleno pronunciará explicitamente sobre a continuidade ou não do processo em relação aos demais aspectos da instrução ou do julgamento, observados os critérios de materialidade, risco e relevância envolvidos, para os fins do previsto no art. 13.
>
> Parágrafo único. Na hipótese de decisão ou deliberação pela não continuidade do processo, mediante fundamentação, o processo será extinto por decisão de Juízo Singular, Câmara ou do Pleno.
>
> Art. 13. O reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva e da pretensão ressarcitória, a despeito de obstar a imposição de sanção e de reparação do dano, não impede o julgamento do processo, a expedição de determinações, recomendações ou outras providências motivadas por esses fatos, destinadas a reorientar a atuação administrativa."

45. Observando as normas citadas, reconhecida a prescrição no presente caso, em face dos elementos até então expostos, antevejo duas dimensões decorrentes da decisão, a promover inarredável cisão dos seus efeitos, consistentes especificamente (i) na manutenção do conteúdo declaratório no presente caso, exclusivamente quanto ao conteúdo reorientador da Administração Pública, sob o viés pedagógico, e (ii) na aceitação dos efeitos jurídicos do ato e extinção do feito com relação aos responsáveis e demais envolvidos.

46. De fato, diante dos apontamentos levantados durante a ação fiscalizatória, representando o austero trabalho realizado pela auditoria desta Casa com relação aos atos praticados, mostra-se relevante a manutenção do reconhecimento da irregularidade, com efeitos especificamente voltados à esfera da Administração Pública, como forma de orientar o gestor público na sua atuação.

47. Na dimensão voltada para a Administração Pública, na qual o objetivo não é punir ou exigir reparações financeiras, mas sim orientar a boa governança, a prescrição não deve obstar a expedição de recomendações que visem a corrigir procedimentos ou prevenir novos desvios. Isso porque tais orientações são instrumentos fundamentais para a preservação do interesse público.

48. Destaco que a manutenção da parte declaratória do acórdão, especialmente no tocante às irregularidades constatadas no ajuste, deve subsistir unicamente como elemento orientador da atuação dos gestores públicos. O reconhecimento da prescrição não pode impedir, em casos de relevância, a atuação pedagógica do Tribunal de Contas, que, ao expedir recomendações, contribui para a melhoria dos processos administrativos e para o fortalecimento da gestão pública.

49. Embora, a princípio, possa aparentar que estou me afastando da aplicação da prescrição, diante da manutenção do provimento declaratório, destaco que, a explicitação de sua dimensão relacionada à Administração, com viés pedagógico e reorientador, vai ao encontro, no mérito, da previsão contida no artigo 13 da Resolução, que será concretizada nos seguintes termos no dispositivo deste voto:

> "Nesse sentido, **DETERMINO** o encaminhamento à Origem do Relatório, do Voto e da Decisão a ser deliberada em Plenário, para a adoção das medidas que considerar necessárias, nos termos do art. 13 da Resolução 10/2023."

50. Pondero, nesse sentido, que a sobredita manutenção (do provimento declaratório) guarda consonância com a orientação prevista na Resolução vigente e milita em favor da função de orientação pedagógica dos Tribunais de Contas, que é peculiar à atuação do controle externo, e mostra-se de extrema relevância para o aprimoramento da Administração Pública como um todo.

51. Inclusive, também se dará nos termos propostos em precedentes deste Plenário, como por exemplo o TC/002865/2013 no qual foi acolhida a incidência da prescrição nos autos em fase recursal, contudo o feito não foi extinto como um todo sendo, nos termos do art. 13, determinado o envio do relatório, voto e deste Acórdão à Origem para adoção das medidas que julgar necessárias, especialmente quanto à implantação de procedimentos que promovam o aperfeiçoamento da gestão relacionada às execuções contratuais. Confira:

> **"ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, em conhecer dos trabalhos realizados e em reconhecer a incidência da prescrição nestes autos, em conformidade com a Resolução 10/2023 deste Tribunal, deixando de apreciar, por maioria, por via de consequência, o mérito dos fatos analisados no presente.
>
> **ACORDAM**, à unanimidade, em determinar o envio do relatório, voto e deste Acórdão à Origem para adoção das medidas que julgar necessárias, especialmente quanto à implantação de procedimentos que promovam o aperfeiçoamento da gestão relacionada às execuções contratuais, nos termos do art. 13 da Resolução 10/2023, bem como, após as demais comunicações de praxe, o arquivamento dos autos." (TC nº 2.863/2013; Relator Conselheiro João Antônio; 47ª Sessão Ordinária Não Presencial.)

52. De outra parte, contudo, para além da manutenção do reconhecimento de eventual irregularidade com vistas ao aperfeiçoamento da atuação da Administração Pública, no caso concreto, mostra-se essencial consolidar, de forma expressa, que o decurso do prazo e reconhecimento da prescrição alcançam todos os demais efeitos da decisão e implicam, em última instância, na extinção do feito para os responsáveis e demais envolvidos, nos termos do parágrafo único do artigo 12 da Resolução TCMSP nº 10/2023.

53. Conforme explicitado anteriormente, o reconhecimento da prescrição no presente caso decorre do reconhecimento da repercussão da irregularidade do ajuste na esfera jurídica dos responsáveis e envolvidos, fazendo-se necessária, ante à manutenção da irregularidade para fins de reorientação da Administração Pública, a previsão expressa de quais são os efeitos da decisão em relação aos demais envolvidos, como expressão do princípio da segurança jurídica.

54. De fato, como explicou o Ministro Edson Fachin no seu voto durante o julgamento do tema 897 de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal:

> "Como é sabido, a prescrição é instituto que milita em favor da estabilização das relações sociais e, assim, a uma dimensão específica do princípio da segurança jurídica, estruturante do Estado de Direito.

> Bem por isso, a regra geral no ordenamento jurídico é de que as pretensões devem ser exercidas dentro de um marco temporal limitado."[9]

55. Dessa forma, conforme demonstra a *ratio decidendi* da jurisprudência recentemente consolidada do STF, exposta no histórico deste voto, os atos dos Tribunais de Contas não se escusam dos ditames do princípio da segurança jurídica, até nos casos de ausência de lei específica, como é o da prescrição nas pretensões de controle externo, especialmente para garantir a calculabilidade.

56. Define o Professor Titular da Universidade de São Paulo Humberto Ávila que *"a calculabilidade foi definida como a capacidade de antecipar o espectro alternativamente aplicáveis a atos ou fatos* ***e o espectro de tempo dentro qual a consequência será efetivamente aplicada****".*[10]

57. Nessa linha, a prescrição garante calculabilidade, em sua dimensão temporal da segurança jurídica, na medida em que limita o espectro de tempo para haver a confirmação de consequências normativas atribuíveis a atos e fatos.

58. Consigno ainda, quanto a argumentação deste voto, fala do Ministro Luís Roberto Barroso no teor de seu voto no tema 897 de Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal, na qual refletiu que a segurança jurídica deve ser utilizada como vetor interpretativo na análise de dispositivos normativos:

> "Os sistemas jurídicos gravitam em torno de dois grandes eixos: a justiça e a segurança. A prescrição é um instituto diretamente associado à ideia de segurança jurídica. Logo, se há uma ambiguidade no dispositivo, o princípio da segurança jurídica é um bom vetor interpretativo para escolher o melhor sentido e o melhor alcance para aquela norma."[11]

59. Ressalto, adicionalmente, que a medida proposta de aplicar o art. 13 para fins pedagógicos está em consonância com a atuação do TCU, conforme sua jurisprudência, o que se evidencia no julgamento do Acórdão nº 165/2023 do Plenário, referente ao Relatório de Auditoria 011.479/2015-9:

---

[9] RE 852475, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 08/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-058 DIVULG 22-03-2019 PUBLIC 25-03-2019. Voto Ministro Edson Fachin, p. 04; p. 40 do Acórdão.

[10] **ÁVILA**, Humberto, Segurança Jurídica entre permanência, mudança e realização no Direito Tributário, 2ª Edição, Edª Malheiros, São Paulo, 2012 p. 596

[11] RE 852475, Relator(a): ALEXANDRE DE MORAES, Relator(a) p/ Acórdão: EDSON FACHIN, Tribunal Pleno, julgado em 08/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-058 DIVULG 22-03-2019 PUBLIC 25-03-2019. p. 03 do Acórdão.

> "**30. Nesse sentido, ainda que tenha proposto o arquivamento deste processo pela ocorrência da prescrição, entendo que deve ser proposta ciência ao Instituto Estatual do Ambiente (Inea-RJ) acerca da alteração do objeto e do valor do Contrato 03/2013-Inea.**
> (...)
> 33. Portanto, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes, proponho dar ciência ao Inea acerca da alteração irregular do objeto e do valor do Contrato 03/2013-Inea por meio do 1º Aditivo, de 10/12/2014, em percentual superior ao pelo art. 65, §1º, da Lei 8.666/1993 e pela Decisão 215/1999-TCU-Plenário.
> Ante o exposto, VOTO por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Colegiado." (Acórdão 165/2023 – PLENÁRIO/ Relator AROLDO CEDRAZ/ Processo: 011.479/2015-9/ RELATÓRIO DE AUDITORIA (RA)/ Data da sessão 10/07/2024)

60. Por fim, consigno que este Plenário pacificou o entendimento exarado neste voto durante o julgamento do TC/000366/2011, na 3.342ª Sessão Ordinária:

> "**ACORDAM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, à unanimidade, de conformidade com o relatório e voto do Relator, em conhecer do recurso ex officio, por regimental.
> **ACORDAM**, por maioria, quanto ao mérito, pelos votos dos Conselheiros RICARDO TORRES – Relator e JOÃO ANTONIO, votando o Conselheiro Presidente EDUARDO TUMA para efeito de desempate, nos termos do artigo 14, alínea "h", da Lei Municipal 9.167/80, combinado com o artigo 26, inciso IX, alínea "a", do Regimento Interno desta Corte, em aplicar a Resolução 10/2023 para reconhecer a prescrição intercorrente e julgar extinto o presente feito com relação aos responsáveis e demais envolvidos, com a aceitação de todos os demais efeitos jurídicos e financeiros.
> **ACORDAM**, por maioria, consoante voto de desempate do Conselheiro Presidente EDUARDO TUMA, em preservar o reconhecimento do conteúdo declaratório da irregularidade da execução contratual, exclusivamente para dar eficácia ao conteúdo reorientador da Administração Pública, sob o viés pedagógico, na forma da determinação exarada no voto do Relator, de encaminhamento, à Origem, de cópia do relatório, votos e deste Acórdão, para adoção das medidas que julgar necessárias, nos termos do art. 13 da Resolução 10/2023.
> O voto de desempate contou com a anuência dos Conselheiros RICARDO TORRES – Relator, JOÃO ANTONIO e DOMINGOS DISSEI – Revisor, que declarou sua adesão. Vencido o Conselheiro ROBERTO

BRAGUIM, que negou provimento ao recurso *ex officio*, mantendo inalterada a decisão original, por seus próprios e jurídicos fundamentos.
ACORDAM, à unanimidade, em determinar, com as cautelas de praxe, o arquivamento dos autos." (peça 56, TC nº 366/2011).

61. Assim, a prescrição milita em favor da segurança jurídica e da estabilização das relações sociais, evitando prolongar feitos sem utilidade prática, de forma que a manutenção do conteúdo declaratório da Decisão recorrida, especialmente no que se refere às irregularidades constatadas no termo de compromisso, deve subsistir unicamente como elemento orientador da atuação administrativa, não se confundindo com aplicação de sanção ou imputação de responsabilidade pessoal. O reconhecimento da prescrição não pode impedir, em situações relevantes, a atuação pedagógica desta Corte, voltada ao aprimoramento da gestão pública.

62. Consoante o exposto, **CONHEÇO** dos Recursos Ordinários e "ex ofício", posto que presentes os requisitos de admissibilidade.

63. Divirjo do Relator para determinar, de ofício, a aplicação da Resolução nº 10, de 2023, no presente feito, com o reconhecimento da prescrição quinquenal, conforme art. 2º, c/c art. 5º e art. 6º da citada norma, e, em nome da segurança jurídica e da estabilização das relações jurídicas, afirmando a aceitação de todos os efeitos jurídicos e financeiros com relação aos responsáveis e demais envolvidos, **JULGAR EXTINTO O PROCESSO**, nos termos do artigo 12, parágrafo único da mesma.

64. Fica preservado o reconhecimento do conteúdo declaratório da irregularidade, exclusivamente para dar eficácia ao conteúdo reorientador da Administração Pública, sob o viés pedagógico. Nesse sentido, **DETERMINO** o encaminhamento à, do Relatório, do Voto e da Decisão a ser deliberada em Plenário, para a adoção das medidas que considerar necessárias, nos termos do art. 13 da Resolução 10/2023.

65.Após as comunicações de praxe, determino o arquivamento dos autos.

EDUARDO TUMA
Conselheiro

Assinado digitalmente por EDUARDO TUMA
Date: 06/17/2026 11:51:03 -03:00
Signature powered by e-TCM
Tribunal de Contas do Município de São Paulo

TC 5956/2000– 80ª SOV

Relator: Conselheira Roberto Braguim
Revisor: Conselheiro Ricardo Torres

Objeto: Recursos E*x Officio* e Ordinários, interpostos estes pela Procuradoria da Fazenda Municipal, por Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda. (atual denominação de EZ Juriti Empreendimentos Imobiliários Ltda.) e pelos sucessores de Ernesto Zarzur: Esther Heloísa Zarzur, Flávio Ernesto Zarzur, Silvio Ernesto Zarzur, Silvana Zarzur Alberto, Marcelo Ernesto Zarzur, Marcos Ernesto Zarzur e Anna Lúcia Zarzur Maalouli. **Termo de Compromisso nº 07/00/SEMPLA** Alteração dos índices e características de uso e ocupação do solo de imóvel localizado na Av. Juriti ns. 50, 62 e 78.

VOTO EM SEPARADO

CONHEÇO dos Recursos interpostos.

No mérito, acompanho o Conselheiro Ricardo Torres (Revisor).

João Antonio
Conselheiro

Assinado digitalmente por JOAO ANTONIO DA SILVA FILHO
Date: 06/17/2026 12:51:07 -03:00
Signature powered by e-TCM Tribunal de Contas do Município de São Paulo